

incompatibilidade e impedimento

↳ a incompatibilidade determina a proibição total, e o impedimento, a proibição parcial do exercício da advocacia.

art. 28 - EOAB → atividades incompatíveis

A incompatibilidade permanece mesmo que o ocupante do cargo ou função deixe de exercê-lo temporariamente, por exemplo, escrevente técnico judiciário gozando de licença - prêmio ou licença não remunerada.

importante → a advocacia é incompatível "a todos os que exerçam a função de julgamento em órgãos de deliberação coletiva da administração pública direta e indireta".

exceção: como exceção à regra prevista no art. 28, III, EOAB, poderão advogar todos aqueles que exercerem o cargo de direção vinculado a administração acadêmica diretamente relacionada ao magistério jurídico, nos termos do art. 28, § 2º, EOAB.

O impedimento é a proibição parcial pl o exercício da advocacia, ou seja, pode-se exercer a advocacia, porém com a restrição prevista no art. 30 e incisos do EOAB, sob pena de nulidade.

▶ HIPÓTESES DE IMPEDIMENTO:

- os servidores da administração direta, indireta e funcional, contra a Fazenda Pública que os remunere ou à qual seja vinculada a entidade empregadora;
- os membros do Poder Legislativo, em seus diferentes níveis, contra ou a favor das pessoas jurídicas de direito público, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas, entidades paraestatais ou empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público.
- visto do advogado em atos constitutivos de pessoas jurídicas, considerando impedidos de exercer tal ato os advogados que prestem serviços a órgãos ou entidades da Adm. Pública direta ou indireta da unidade federativa a que se vincula a Junta Comen-

cial, ou a quaisquer repartições administrativas.

- advogados que exercem cargos de conciliador nos Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública.

exceção: os docentes dos cursos de jurídicos poderão advogar contra a Fazenda que os remunera.